

BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL ESTEVÃO DE MENDONÇA: (RE)CONSTITUINDO SUA HISTÓRIA

Sheila Cristina Ferreira Gabriel

Doutoranda em História. Universidade Federal de
Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.
sheilagabr@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9101-5683>

Cancionila Janzkovski Cardoso

Pós Doutorado em Educação. Universidade Federal de
Rondonópolis, Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil
kjc.cardoso@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8857-6263>

RESUMO

Este texto aborda a História da Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso (BPEMT), de 1912 a 1950, atualmente, Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça. Trata-se de um extrato da pesquisa de Mestrado em Educação, realizada na Universidade Federal de Mato Grosso, campus Rondonópolis, que investigou a história e as práticas de leitura realizadas no interior da BPEMT. Nesta oportunidade, apresenta-se a história de sua fundação, bem como a sua estrutura física e organização. Caracteriza-se como pesquisa histórica, na perspectiva da história cultural, tendo utilizado como instrumento para coleta de dados o registro digital (fotos) e a organização e transcrição do conteúdo das fontes, que incluem: relatórios e regulamentos emitidos pelos diretores da biblioteca, mensagens do governador à Assembleia Legislativa e artigos de jornais. Apoiou-se em autores como Le Goff (1993), Chartier (2001), Darnton (2010a, 2010b), Deaecto (2011), Abreu (1999), entre outros. Os resultados evidenciam que a biblioteca foi criada e mantida, em Cuiabá, até a década de 1950, como auxiliar da instrução pública; possuía um acervo diversificado constituído, em grande parte, por doações; houve presença de consultentes, ou seja, possíveis leitores, de forma efetiva, até a década de 50, período em que a biblioteca ficou praticamente desativada. Considera-se que a BPEMT foi um espaço que colaborou para as práticas de leitura da comunidade de leitores de Cuiabá, principalmente estudantes e alguns profissionais da elite cuiabana, como advogados e engenheiros. As informações sistematizadas no estudo poderão contribuir para a construção da história cultural de Mato Grosso.

Palavras-chave: História da biblioteca pública. Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça. Biblioteca de Cuiabá.

PUBLIC STATE LIBRARY ESTEVÃO DE MENDONÇA: (RE)CONSTRUCTING ITS HISTORY

ABSTRACT

This text deals with the History of the Public Library of the State of Mato Grosso (BPEMT) from 1912 to 1950, currently named Public State Library Estevão de Mendonça. This is part of a research for Master's in Education, carried out at the Federal University of Mato Grosso, in the Rondonópolis campus, which investigated the history and the reading practices carried out within the BPEMT. Here, we will present the history of its foundation, as well as, its physical structure and organization. It can be characterized as historical research from the perspective of its cultural history. Besides the digital records (photos), the tools used for data collection were reports and regulations issued by library directors, messages from the governor to the Legislative Assembly and newspaper articles, which have been organized and transcribed. The work was based on authors such as: Le Goff (1993), Chartier (2001), Darnton (2010a 2010b), Deaecto (2011), Abreu (1999), among others. The results show that the library was created and maintained in Cuiabá, until the 1950s, as an aid to public education; it had a diverse collection made up largely of donations; there were consultants, that is, possible readers, effectively until the 50s, a period when the library was practically disabled. BPEMT is considered a space that collaborated with the reading practices of the community of readers in Cuiabá, mainly students and some professionals from the Cuiabana elite, such as lawyers and engineers. The information systematized in the study may contribute to the construction of the cultural history of Mato Grosso.

Keywords: History of Public Library of the State of Mato Grosso. Public State Library Estevão de Mendonça. Library of Cuiabá.

Recebido em: 30/09/2020

Aceito em: 27/01/2021

Publicado em: 12/07/2021

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um extrato da pesquisa de Mestrado em Educação realizada na Universidade Federal de Mato Grosso, campus de Rondonópolis, que teve como objetivos investigar como ocorreu a constituição da Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso (BPEMT)¹ e identificar aspectos de possíveis práticas de leitura em seu interior, no período de 1912 a 1950.

Neste espaço, será abordada a (re)constituição da história da Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso (BPEMT), de 1912 até 1950, destacando os aspectos relativos ao contexto em que ela foi constituída, bem como foi organizado o seu serviço de empréstimo, horário de funcionamento e espaços físicos para os quais seu acervo foi trasladado.²

A possibilidade de abordar sobre a História da Biblioteca, História do Livro, História da Leitura, História da Educação, entre outros temas, surgiu somente após a década de 1970, com a História Cultural, a partir de um movimento que se iniciou com a Escola dos Annales denominado História Nova (LE GOFF, 1993; BURKE, 2008).

A História Cultural ampliou os objetos, métodos e fontes, permitindo estudos como o abordado neste artigo. Nesse caso, foi após obter uma informação a respeito da criação da primeira biblioteca pública de Cuiabá, em 1912, tendo como fonte um CD organizado pela professora Elisabeth Madureira Siqueira³, contendo a transcrição de diversos documentos sobre a Instrução Pública de Cuiabá do início do século XX, que se vislumbrou a possibilidade da pesquisa.

Tal informação aguçou a curiosidade quanto ao possível objeto de pesquisa. Desse modo, após alguns questionamentos, levantou-se a questão de como a BPEMT haveria se constituído, e como teriam sido efetivadas as práticas de leitura em seu espaço. Dessa questão, surgiram outras indagações, como: que sujeitos estiveram envolvidos na criação da biblioteca? Como seu acervo foi constituído? Como foi a organização dos serviços e da estrutura física? Quem seriam os consulentes (leitores), o que liam, quando liam?

¹ Com o intuito de manter uniformidade quanto à denominação da Biblioteca, neste texto, utilizou-se a sigla BPEMT – Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso, ou, este nome por extenso todas as vezes que se referir ao objeto de estudo.

² Na dissertação, constam informações como: títulos que compuseram o acervo, obras mais consultadas por área, gênero, tipo de material, quem foram os possíveis leitores que frequentaram a biblioteca, quem foram os diretores da Instituição.

³ Trata-se do “Catálogo de fontes educacionais MT – República”, organizado pelo Grupo de Estudo Educação e Memória (GEM-IE-UFMT), coordenado por Nicanor Palhares Sá e assessorado por Elisabeth M. Siqueira, dez. 2002.

O registro da história de uma instituição como a Biblioteca é relevante porque colabora para que ela seja valorizada e ressignificada. E conhecer o processo de sua constituição e as funções que desempenhou nos diferentes períodos colabora para um melhor entendimento das práticas culturais de uma sociedade. Assim, uma vez que a biblioteca é feita por e para sujeitos, socialmente e historicamente constituídos, saber de sua história pode colaborar para entender a história de determinada sociedade, como no caso deste estudo, a história cultural de Mato Grosso (ELIAS, 2011).

2 CAMINHO METODOLÓGICO

A pesquisa insere-se na perspectiva da História Cultural, resultado de um movimento denominado História Nova, que voltou os olhos para os estudos relacionados aos indivíduos comuns e a instituições e não somente aos grandes homens que se destacaram em determinado período da história (LE GOFF, 1993; BURKE, 2008).

A decisão pela sua realização foi estimulada pelo contato com a fonte supramencionada, que evidenciou a existência da “Primeira Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso”. Dessa forma, cientes da existência de fontes que instigavam olhares mais atentos ao patrimônio cultural existente no estado, percebeu-se a possibilidade de um estudo mais aprofundado sobre a constituição da BPEMT e sobre sua atuação como espaço potencial de práticas de leitura. A escolha do tema relacionou-se à crença de que a leitura é um importante instrumento para o desenvolvimento cognitivo e criativo do ser humano, colaborando para o despertar do pensamento crítico e reflexivo, o qual propicia maior autonomia ao sujeito, favorecendo seu poder de decisão (FREIRE, 1983), sendo que um dos espaços possíveis para a efetivação das práticas de leitura é a biblioteca.

Decidido o tema, cabia a decisão do marco temporal, que é uma condição imprescindível na pesquisa histórica. Neste estudo, foi estabelecido o período de 1912, ano da fundação da biblioteca, a 1950. A definição ocorreu após contato com as fontes, em que se constatou que, do final da década de 1940 até 1960, havia raríssima informação sobre a biblioteca em meio aos documentos do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APEMT). Dessa forma, e devido ao tempo disponível para a realização da pesquisa, estabeleceu-se o término do marco temporal em 1950.

Outra condição essencial para a pesquisa histórica é a existência de fontes, o que envolve, primordialmente, a captação, seleção, organização, transcrição e análise

de fontes históricas (documentos), uma vez que se apropria deles para compor seu corpus de informação que será devidamente contextualizado, (re)significado e contemplado no âmbito da produção científica, gerando novos conhecimentos.

A coleta das fontes teve como base empírica o Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APEMT). Utilizou-se como critério a consulta a todos os documentos de 1910 a 1963 contidos no APEMT que abordassem sobre a BPEMT. A coleta se estendeu por quatro meses e pesquisou-se: a) as caixas relacionadas à Instrução Pública de 1910 a 1963 (360 no total), em que foram localizados: documentos avulsos (como correspondências), Regulamento da Biblioteca – 1912 (figura 1), Relatório do diretor da Biblioteca para o Secretário de Justiça e Fazenda – 1912 a 1930 (modelo de um deles na figura 2); b) as Mensagens do governo de Cuiabá à Assembleia Legislativa, de 1912 a 1963 (modelo de uma delas na figura 3); c) todos os jornais de Cuiabá, de 1912 a 1960, disponíveis no APEMT; desses, 23 foram selecionados, aqueles que apresentavam alguma matéria sobre a BPEMT, como “O Matto Grosso”, “O Debate”, “A Cruz”, “A Juventude”, dentre outros. Os documentos escolhidos foram fotografados, organizados em pastas no computador e, posteriormente, transcritos.

Figura 1 – Regulamento da BPEMT/1912

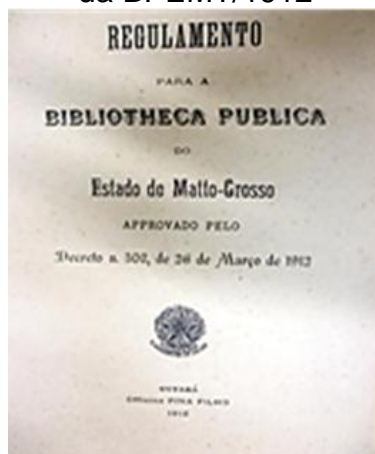


Figura 2 – Relatório da BPEMT/1914



Figura 3 – Mensagem do governo à Assembleia



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, extraído do acervo do APMT (2012).

Ainda na perspectiva das fontes ou documentos, Karnal e Tatsch (2011, p.24) conceituam documento histórico como “[...] qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita.” Portanto, os documentos históricos não falam por si só e não são originariamente neutros, possuem subjetividade, posto que

foram uma criação humana e recebem, no processo de análise do pesquisador/historiador (sujeito que possui subjetividade), interpretações que não são neutras, mas constituídas de ideologias e percepções pessoais a partir das vivências e dos conhecimentos teóricos do pesquisador.

Com base nesses pressupostos, optou-se pelo método hermenêutico compreensivo de Wilhem Dilthey, para análise dos dados, método que prevê a compreensão e interpretação dos fatos numa perspectiva do contexto em que eles ocorreram, sem desconsiderar o contexto do pesquisador, que não pode se fazer neutro no processo (DILTHEY, 2010).

Como abordado, as fontes fotografadas foram transcritas, optando-se pelo documento Excel, utilizando as categorias: Acervo (títulos existentes, número de empréstimos, livros emprestados por área), Recursos humanos, Espaço físico, Leitores (Quem eram? Quantos?). Dessa maneira, a partir da transcrição, empreenderam-se as análises e a escritura do texto, amparadas pelo arcabouço teórico e o método de Dilthey.

3 A CRIAÇÃO DA BPEMT NO CONTEXTO DE CUIABÁ NO INÍCIO DO SÉCULO XX

As bibliotecas sempre foram espaços potenciais para a efetivação da leitura. Na Antiguidade e Idade Média, eram frequentadas por um público muito restrito, pertencente ao clero e à realeza. Possuíam o principal fim de guardar e preservar os documentos contidos em seu acervo. Na Modernidade⁴, iniciou-se a concepção de biblioteca como espaço de democratização e socialização do conhecimento. Nesse processo de mudança nas concepções de sua função, as bibliotecas passam a ter, na atualidade, um papel não só de mantenedoras dos livros, mas de difusoras e incentivadoras da leitura e, conseqüentemente, do conhecimento (MARTINS, 1998).

Com a Modernidade⁵, surgiu a necessidade de instruir o maior número de pessoas possível. Dessa maneira, tornara-se salutar a disponibilização de recursos que possibilitassem a concretização de tal preceito. A instrução, no século XIX, deveria acontecer nas escolas, de forma sistematizada sob a administração do Estado.

⁴ O termo Modernidade, neste caso, refere-se à perspectiva de datação histórica, ou seja, período após a Idade Média (séc. XV a séc. XVIII) (LE GOFF, 1990).

⁵ O termo “modernidade”, adotado neste texto, refere-se ao conceito ocidental, iniciado com a Renascença e Iluminismo, que se estendeu até o século XX. Trata-se, segundo Le Goff (1990), de “[...] um conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais do Ocidente, a partir de um processo longo de racionalização da vida.” Esse conceito envolve o “Fenômeno da tomada de consciência de um progresso, por vezes contemporâneas da democratização da vida social e política, a modernidade mantém-se no plano da elaboração, de uma elite, de grupos, de capelas.” (LE GOFF, 1990, p.174).

Nesse contexto, o governo estadual deveria providenciar os recursos que dariam o suporte para que a educação e instrução fossem concretizadas de forma satisfatória. Dentre esses recursos, inseriam-se os materiais instrucionais, como os livros, imprescindíveis para que os alunos adquirissem os conhecimentos que lhes dariam competência para atuar de forma mais ativa e produtiva na sociedade em que estivessem inseridos.

Porém, as escolas nem sempre disponibilizavam livros ou outro material instrucional. Essa responsabilidade foi assumida pelas bibliotecas públicas, criadas, inicialmente, com o principal fim de atender ao público estudantil. Portanto, a relação da Biblioteca com a educação escolar era muito próxima e a existência de uma Biblioteca em uma cidade, conferia a esta um status de local desenvolvido ou pelo menos em desenvolvimento, como afirma Mello (2011, p.74), “O discurso oficial sempre associou a prática de leitura a índices de progresso e civilização [...]”, sendo o acesso à instrução e à leitura uma condição para se inserir na conjuntura político-econômico-social dos demais países.

Mato Grosso preocupou-se, desde muito cedo, em se manter no rol dessas cidades desenvolvidas, cuidando em manter seus cidadãos instruídos, como ressalta Corrêa Filho (1922, p.287), que, em 1799: “O Senado da Camara de Cuiabá recebia ordens para ‘que se enviassem sete estudantes para a Europa, afim de se instruírem nas artes e sciencias uteis a esta capitania’, para cada um dos quaes foi arbitrada a pensão mensal de dez mil réis.” Segundo o autor, essa tarefa pode não ter sido concluída em função das “[...] questões graves”, políticas, administrativas e financeiras, que se abateram sobre o estado, ressaltando que somente em 1910 tiveram início melhorias no âmbito da educação em Mato Grosso (CORRÊA FILHO, 1922, p.288-289).

Nessa perspectiva, Rodrigues (2008) aponta dois acontecimentos, após 1799, que influenciaram o desenvolvimento de Mato Grosso no tocante às letras e às artes. O primeiro, em 1870, foi a implantação de um projeto de modernização de Mato Grosso no qual um dos critérios era preparar a população para “[...] receber a modernidade, tendo de se alfabetizar, se educar, adquirir novos hábitos para poder usufruir dos prazeres que os novos tempos poderiam lhe proporcionar.” (RODRIGUES, 2008, p.34). O outro acontecimento foi o fim da Guerra do Paraguai, também em 1870, que ocasionou a abertura da navegação e desafogou os cofres públicos.

Independentemente das questões relativas ao pouco investimento na educação, em Mato Grosso, aconteceram várias iniciativas para a criação de espaços de leitura

que objetivavam propiciar à população mato-grossense momentos de aquisição da cultura letrada. Abaixo, extrato de uma carta do presidente da província solicitando doações para o Gabinete de Leitura, criado em 1874, reforçando a ideia de que Mato Grosso deveria acompanhar o progresso:

Para a realização de semelhante idéia peço a valorosa coadjuvação de V. S^a. A oferta desde já de livros para o Gabinete será o começo de um grande melhoramento moral. Ao corpo legislativo me designei pedindo os necessários auxílios. Entretanto, bom será que os filhos da província, que os habitantes dela, sejam os primeiros a dar o exemplo. Não é uma coisa nova que se inicia, é uma **necessidade** geralmente reconhecida e que em quase todos os pontos do império acha-se vantajosamente provida. O Mato Grosso não deve ficar aquém de suas irmãs no caminho do progresso. (MATTO GROSSO, 1872 *apud* SIQUEIRA, 1999, p.222, grifo nosso).

É evidente o empenho da camada letrada de Cuiabá em criar espaços de práticas culturais, especificamente de leitura, de forma que a BPEMT se concretizou, no século XX, como resultado de uma necessidade sentida e expressada, desde o século XIX, nos periódicos que circulavam na época e nos documentos burocráticos e oficiais emitidos.

Uma das funções principais das bibliotecas públicas, nas primeiras décadas do século XX, era colaborar para o processo da instrução pública, possibilitando, às “[...] últimas camadas sociais.” (O DEBATE, 1912, p.2) e sem recursos, o acesso ao livro, que era um objeto disponível apenas à minoria da população, possuidora de recursos suficientes para aquisição de um bem material que não era de primeira necessidade. Tais aspectos são ilustrados em fragmentos de artigos publicados nas fontes investigadas, como a seguir:

Nem todos podem comprar livros. A fortuna conquanto adstrita à lei imperiosa da relatividade tem suas predileções e os seus eleitos. Por outro lado, uma Biblioteca Pública define o grau de adiantamento intelectual do povo (O DEBATE, 1912, p.1).

[...] Difficilmente um rapaz pobre poderá acompanhar a revolução intellectual universal; primeiramente, porque as obras dos grandes pensadores não chegam até nós; secundariamente pela exorbitancia do preço que os mercadores mandando-os buscar, exploram [...] (CORREIO DO ESTADO, 1922, p.3).

Essa concepção da biblioteca como suporte à classe estudantil e à camada popular sem recursos foi também identificada no discurso do diretor Leonel Huguene, quando ele afirma que: “Incontestavelmente as bibliothecas bem aparelhadas são o complemento das escolas, proporcionando variados conhecimentos às pessoas de todas as idades

e facilitando às de pouco recurso, a leitura de obras cuja aquisição não lhes seria possível.” (BIBLIOTHECA PÚBLICA DO ESTADO DE MATTO GROSSO, 1915, p.1).

Logo, foi com este mesmo discurso que o Presidente do Estado de Mato Grosso, Joaquim Augusto da Costa Marques, criou, por meio do Decreto n.307 de 26 de março de 1912, a Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso, com o fim de “[...] facilitar a instrução de todas as classes.”, atuando como “[...] um complemento indispensável e um auxiliar ao ensino popular, levando ao alcance de todos os elementos imprescindíveis à elucidação do espírito.” (BIBLIOTHECA PÚBLICA DO ESTADO DE MATTO GROSSO, 1912, p.2).

A Biblioteca Pública recebeu diversas denominações nos documentos oficiais no decorrer dos anos, até a denominação atual, Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça, atribuída em 1983. Evidenciam-se, por meio das capas dos Relatórios, algumas denominações pelas quais a biblioteca foi nomeada, como: a) 1912 a 1914 – Bibliotheca Pública; b) 1918 – Bibliotheca Publica do Estado; c) 1919 – Bibliotheca Publica; d) 1922 – Bibliotheca Publica Estadual; e) 1929 – Biblioteca Publica [do] Estado de Mato-Grosso; f) 1936 – Bibliotheca e Archivo Publicos; g) 1940 a 1941 – Biblioteca e Arquivo Público; h) 1947 a 1949 – Biblioteca e Arquivo Públicos.⁶

É possível perceber a não padronização no tocante à denominação da Biblioteca, razão pela qual se tornou difícil decidir por uma forma de se referir à Instituição. Com o intuito de manter uniformidade quanto à denominação da Biblioteca, optou-se por utilizar Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso ou a sigla BPEMT.

A fundação da BPEMT, criada em março, mas só efetivada em maio de 1912, objetivava propiciar o acesso da população mato-grossense à cultura escrita, auxiliando o ensino e a instrução, portanto exercendo também a função de biblioteca escolar. Visava, ainda, resguardar e divulgar as tradições históricas e criações intelectuais “[...] nos diversos ramos da actividade humana.”, tendo como princípio o livre acesso e atendimento de toda a população (BIBLIOTHECA PÚBLICA DO ESTADO DE MATTO GROSSO, 1912, p.2).

Esses “[...] elementos imprescindíveis à elucidação do espírito.” (BIBLIOTHECA PÚBLICA DO ESTADO DE MATTO GROSSO, 1912, p.2) seriam contemplados por meio da leitura dos títulos disponíveis, que, em sua maioria, atendiam à demanda da instrução

⁶ As palavras foram grafadas como aparecem nas fontes. Algumas vezes, a palavra biblioteca era acentuada, outras, não.

pública, sendo que, para Chartier (2001), a leitura se torna uma prática intelectual com as exigências investidas pela escola e pela universidade. A partir daí, o texto escrito converge para além do objetivo de preservar o conhecimento para a posteridade, mas também para disseminar, divulgar novos conhecimentos e colaborar para a produção deles, promovendo sua apropriação, por meio da leitura.

Destarte, de acordo com o discurso oficial, a biblioteca torna-se, além de repositório do conhecimento registrado, um espaço para o acesso e a concretização das práticas de leitura de todos os indivíduos que deveriam se preparar, por meio da instrução, para serem cidadãos partícipes do processo de construção e de desenvolvimento da cidade de Cuiabá.

Nesse cenário de grande preocupação com a instrução do povo, fica evidente a função da BPEMT como espaço de complemento da instrução pública, sendo que essa concepção se estende de 1912 a 1921. A partir dessa data, muda-se o discurso, de um espaço que fomentava as práticas escolarizadas para um Centro de Cultura popular, sendo que o termo *Cultura* aparece, pela primeira vez, em 1921.

Com a pesquisa, foi possível acompanhar as mudanças e/ou nuances nas concepções sobre a função da biblioteca, expressas em formas linguísticas. Considerou-se relevante destacá-las, porque essas diferentes formas de se referir à biblioteca poderiam suscitar, em outros pesquisadores, um interesse em aprofundar-se nessa questão. Nesse sentido, Peres (2002, p.18) será apropriada para ressaltar que “[...] qualquer teoria ou trabalho empírico que não levar em consideração a linguagem.” não perceberá, conforme afirma Scott (1990, p.11 *apud* PERES, 2002, p.18) “[...] os poderosos papéis que os símbolos, as metáforas, e os conceitos jogam na definição da personalidade e da história humana.” Portanto, apresentam-se, cronologicamente, os termos utilizados: a) Décadas de 10 a 20 – Casa de Estudos; b) Décadas de 20 a 30 – Centro de Cultura popular, Instituto de Cultura popular, Estabelecimento de Educação Popular; c) Década de 40 (início) – Difusor cultural, auxiliar da cultura; d) Década de 40 (final) – Casa de leitura.

A despeito da mudança dos termos, na prática, a Biblioteca continuou, no decorrer das décadas, como espaço potencial de práticas de leitura do público estudantil e pouco foi feito para o desenvolvimento de ações que contemplassem e estimulassem práticas diferenciadas de leitura e de cultura no geral.

Parece que as iniciativas em relação à prestação de serviços que propiciassem novas práticas culturais dentro da biblioteca ocorreram apenas na década de 40, em que

se pretendia a realização de: “[...] conferências e exposições, o que aliás constitui uma das finalidades de tais institutos.” (MATO GROSSO, 1941 p.21). Dessa forma, poder-se-ia ampliar as relações sociais e culturais e a disseminação do conhecimento, incentivando novas práticas de leitura. Contudo, por falta de fontes, não foi possível comprovar se tais ações foram realmente efetivadas.

No que tange às possíveis práticas de leitura efetivadas no interior da biblioteca, um fator relevante se destaca: o concernente ao espaço físico, que pode colaborar, prejudicar ou, até mesmo, impedir a concretização das consultas e/ou práticas de leitura pelos frequentadores da Biblioteca. Nesse aspecto, Darnton (2010, p.180) afirma que: “O 'Onde' da leitura é mais importante do que se pode pensar, porque a contextualização do leitor em seu espaço pode fornecer indícios sobre a natureza de sua experiência.”

Porém, o fator espaço físico não despertou a preocupação do poder público, de forma que, em toda a história da BPEMT, até o período estudado, a destinação de verbas para a construção de um espaço específico e próprio para a instalação da Biblioteca foi desconsiderada na elaboração das políticas públicas do estado.

Havia, sim, o empenho em destacar que pouco se gastava com a Biblioteca, que não era necessário despender recursos consideráveis para sua manutenção; ficando patente, portanto, que esse espaço não merecia maiores investimentos.

Exemplo de tal realidade é registrado nos relatórios de Diretores e mensagens dos Governadores, como no caso de 1913, em que foram despendidos 3:000\$000 (três mil réis) e em 1918, 1:000\$000 (hum mil réis). Outra situação foi que “Em 1919, o Estado despendeu com este serviço 12:244\$800, em vez da importância consignada de 14:700\$000, resultando dali uma economia de 2:455\$200.” (MATO GROSSO, 1919, p.37).

Portanto, indo na contramão da lógica de que se deveriam aumentar os investimentos, depara-se com o corte de verba, revelando, assim, a pouca importância, apesar do discurso, que a BPEMT possuía perante as autoridades.

A própria criação da biblioteca foi justificada pela garantia de que ela não pesaria nos cofres públicos e de que o governo “[...] gastou **apenas** 6.124\$700[...]”, cuidando o governador de ressaltar ainda que “[...] o seu custeio pouco pesará em nosso orçamento.” (MATO GROSSO, 1912, p.53, grifo nosso).

Analisando os discursos contidos nas fontes, tentou-se entender por que a biblioteca sofreu tanto com a falta de investimento. Foi identificado que um dos fatores seriam

as constantes dificuldades financeiras pelas quais o estado passou, em 1913, por exemplo, como ressaltam Sá e Sá (2011, p.48), em função “[...] da queda do valor da borracha, principal fonte de renda da região.”, em 1914, devido à guerra que assolava o mundo, e em 1917, devido a uma guerra interna, denominada Caetanada. No entanto, apesar de todas as dificuldades, os investimentos na instrução de 1907 a 1929, segundo Sá e Sá (2011), não sofreram subtração. Porém, os investimentos para a Biblioteca foram reduzidos, dessa forma considera-se que, na verdade, destinar verbas para a Instituição não era prioridade do poder público, nem mesmo no momento de sua fundação.

3.1 Em busca de um espaço possível

A BPEMT sofreu com as mudanças constantes, que danificaram e extraviaram o acervo, e com a falta de recursos, que dificultava a execução das atividades administrativas e técnicas, como a aquisição de obras e investimento em pessoal para atender à comunidade leitora.

No início de seu funcionamento, a biblioteca carecia de investimento, conforme solicitação do seu diretor Leonel Hugueney, em relatório de 1912, em que ele reivindicava que fosse providenciada a pintura da biblioteca; em outro momento, pedia mudança de prédio, alegando que o local em que a biblioteca estava instalada era impróprio para a pesquisa, em função do calor excessivo em seu interior, o que inviabilizava a permanência dos leitores e também dos funcionários, conforme ilustra o excerto a seguir:

As dificuldades do momento e o desejo de não demorar a instalação desta Repartição devem ser as causas determinantes da adopção de um local tão impróprio para esta Bibliotehca. Faltando espaço e ventilação torna-se sobremodo encommoda a permannencia naquella estufa que nos dias de regoroso calor é absolutamente insupportavel levando o desanimo as pessoas que prectendem fazer suas consultas (BIBLIOTHECA PÚBLICA DO ESTADO DE MATTO GROSSO, 1913, p.31).

Nesse aspecto, observam-se, nos relatórios posteriores, as mesmas angústias por parte dos outros diretores que, de forma incansável, solicitavam providências em relação às instalações, porém, sem grande sucesso.

As mudanças constantes demonstram a ausência de políticas públicas que incentivassem um projeto que viabilizasse a instalação da biblioteca em um espaço adequado para a realização de suas funções. E a BPEMT, no decorrer de sua história, passou por vários endereços, sendo que as mudanças contribuíram para o extravio

e dano de vários documentos. Na tabela 1, são revelados alguns endereços pelos quais a Biblioteca passou, os que foram possíveis de serem recuperados por meio das fontes:

Tabela 1 – Endereços da Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso

ANO/PERÍODO	ENDEREÇO
1912 a 28 fev. 1913	Rua Joaquim Murtinho, n.8 sede da Inspetoria de Higiene (Atual rua Joaquim Murtinho)
1913 a 1916 aproximadamente	Rua 1º de Março n.14 (atual Rua Galdino Pimentel)
1917 (setembro) até a década de 30	Rua Antonio João n. 31 (atual calçadão Antonio João)
1941 a 1945 aprox.	Prédio próprio do estado
1946	Praça da República n.41
1956	Palácio da Instrução – andar térreo (situado, até o tempo presente, à rua Antonio Maria, n.151, centro, em frente à Praça da República)

Fonte: Documentos diversos localizados no APMT (2012).

Atualmente, a BPEMT está instalada no Palácio da Instrução⁷, que foi restaurado no governo Blairo Maggi, em 2003-2004, trabalho executado com os recursos da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão e entregue em 6 de dezembro de 2004 (MATTOS; BARBOSA, 2007).

Apresenta-se, na Figura 4, o prédio do Palácio da Instrução antes da restauração e, na Figura 5, o prédio atual e restaurado do Palácio da Instrução.

Figura 4 – Palácio da instrução – década de 1950



Fonte: Freitas ([20--?]).

Figura 5 – Palácio da Instrução – século XXI (sede atual da BPEMT)



Fonte: Conte ([20--?], p. 43).

No decorrer das décadas, os diversos diretores que passaram pela biblioteca deixaram registrada sua insatisfação em relação aos investimentos destinados à manutenção da sua estrutura e de seu acervo. Como exemplo, cita-se o excerto do Relatório da BPEMT de 1925,

⁷ O Palácio da Instrução foi inaugurado em 15 de agosto de 1914, no governo de Joaquim Augusto da Costa Marques. O prédio localiza-se na rua Antonio Maria, n.151 – Centro, Cuiabá-MT, em frente à Praça da República (SOARES, 2006).

no qual o diretor enfatiza que “O funcionamento desta Bibliotheca corre com perfeita regularidade, embora ressentindo-se de vários melhoramentos.” (BIBLIOTHECA PÚBLICA DO ESTADO DE MATTO GROSSO, 1925, p.4).

Os espaços destinados à biblioteca eram, normalmente, residências alugadas que não possuíam as condições necessárias para acolher o acervo e os leitores. Na década de 30, especificamente, 1935, a situação continuava insatisfatória, de acordo com o diretor da biblioteca:

A casa onde funciona esta repartição de propriedade particular e alugada pela importância de 400\$000 mensaes, se vae tornando já exígua para o funcionamento da mesma, achando-se alem disso, bastante estragada, principalmente nos compartimentos dos fundos, que apresentam até algumas paredes fendidas (MATO GROSSO, 1936, p.21).

As constantes mudanças, realizadas sem os devidos cuidados, acarretaram perdas irremediáveis ao acervo e, certamente, dificultaram o uso mais efetivo de seu espaço, impossibilitando que a biblioteca se tornasse uma referência entre os cuiabanos.

Em 1958, a BPEMT ainda não possuía prédio próprio, realidade confirmada por Randazzo (1992), quando atesta que as instalações da Biblioteca e Arquivo Público se encontravam em estado lastimável, sendo impossibilitado ao público realizar suas pesquisas e práticas de leitura, conforme relato do então arquivista José Monteiro da Silva, em 1958:

[...] acresce ainda, que o aludido prédio não dispõe de capacidade de comportamento necessário ao conveniente acondicionamento do rico e importante acervo do Arquivo, ficando as prateleiras e estantes colocadas uma sobre outra, sem espaço nenhum entre elas, que possibilite o Arquivismo ou o consulente interessado transitar no espaço entre as prateleiras e estantes, para proceder as observações imprescindíveis á descoberta de documentos desejados (RANDAZZO, 1992, p.18).

Apesar de toda insatisfação demonstrada pelos diretores da Biblioteca em relação às suas instalações, durante a pesquisa, foi localizada, no livro de Humberto Soares da Costa, a informação de que, em 1949, as instalações da Biblioteca seriam satisfatórias e condizentes com suas atividades, conforme discurso a seguir: “A Biblioteca e Arquivo Público do E. de Mato Grosso, bem instalada [...] Sediada em amplo prédio de propriedade do Estado, tem o acervo distribuído por várias salas, convenientemente mobiliadas.” (COSTA, 1953, p.98-99).

O livro de Humberto Soares da Costa “Bibliotecas do Centro-Oeste do Brasil” foi produto do relatório final das visitas realizadas nas bibliotecas de Mato Grosso,

como etapa de um projeto idealizado e executado pelo Instituto Nacional do Livro (INL), que instituiu comissões para visitar todas as bibliotecas do Brasil. A BPEMT teria sido uma delas e, segundo o livro, foi visitada por essa comissão em 1949.

Entretanto, em nenhum documento localizado, inclusive nas Mensagens, foi abordada a vinda de uma comissão do INL ao estado com o fim de propor melhorias às bibliotecas, nem pelas autoridades, nem pela opinião pública.

A realidade apontada por Costa (1953) não é confirmada por Randazzo (1992), que relata a situação da Biblioteca e Arquivo Público como sendo lastimável. Todavia, é importante ressaltar a concepção que os membros do projeto do INL possuíam acerca do que seria um espaço aceitável para instalação de uma Biblioteca.

Torna-se bem claro que a preocupação era tão somente com a implantação de um espaço onde pudessem ser acondicionados livros, não havendo a necessidade de que esse mesmo espaço fosse minimamente agradável ou confortável. Prevalece aí a intenção de *mostrar* que o estado havia propiciado o acesso à leitura com a instalação de Bibliotecas “[...] em todo lugar onde houver uma centelha de vida e de inteligência.” e que, para isso, não seriam necessários “[...] prédios especiais para sediar as bibliotecas, nem mobiliário suntuoso para guarnecê-las.” (COSTA, 1953, p.11).

Na concepção do INL, para a existência de uma biblioteca, bastaria que ela se instalasse com o mínimo de condições indispensáveis, isto é, sala “[...] para leitura e serviço interno, algumas cadeiras, mesas e estantes, simples e mesmo pobres [...]” (COSTA, 1953, p.11).

O termo “pobres” poderia inferir como perfeitamente *aceitáveis* os móveis que estivessem *caindo aos pedaços*. Outrossim, o objetivo maior desse projeto era, em consonância com os ideais oficiais, preparar o povo para a atuação profissional para o desenvolvimento da nação, sob rigoroso controle e censura (MILANESI, 2003).

Assim, as ações idealizadas pelo INL, que se adequaram aos ideais do governo autoritário, não incluíam a preocupação em proporcionar às bibliotecas públicas condições adequadas e necessárias ao uso do espaço que poderiam, efetivamente, motivar as práticas de leitura. Mas, apenas e, sobretudo, para “[...] inflar os dados estatísticos e os egos.” (MILANESI, 2003, p.119), conforme atesta o discurso a seguir:

É essencialmente neste ponto que se concentra toda a capacidade realizadora da campanha e, portanto, o máximo valor da ação das bibliotecas, porque seriam fornecidos a **cada grupo proletário, ao lado de**

livros de leitura recreativa – viagens, aventuras, biografias, romances, etc. – elementos versando a técnica profissional e problemas correlatos, destinados ao aperfeiçoamento gradativo dos respectivos níveis, assim como aos não alfabetizados seria proporcionada uma série de palestras semanais abordando aspectos ligados ao seu “metier” e que lhes renovassem o conhecimento (COSTA, 1953, p.12, grifo nosso).

Nesse aspecto, há dois pontos de vista divergentes, a saber: o discurso oficial e externo (INL) e o discurso de pessoas que estavam diretamente envolvidas com as dificuldades enfrentadas pela Instituição. Desses, destaca-se o de Randazzo (1992), que estava empenhada com a causa do Arquivo e da Biblioteca Pública de Mato Grosso e registrou o descaso que as autoridades destinaram a esse órgão.

Em relação ao discurso, concorda-se com Bloch (1987, p.60) que os documentos-fontes “[...] só falam, quando se sabe interrogá-los.” A linguagem, como interação humana, produz discursos intencionais e ideológicos, pois utilizar a língua “[...] é bem mais do que representar o mundo: é construir sobre o mundo uma representação.”, é agir sobre o outro e sobre o mundo, constituindo-se o sujeito do discurso como o “[...] lugar de uma constante dispersão e aglutinação de vozes”, social, histórica e ideologicamente situadas [...]” (MORTATTI, 2000, p.31).

Nesse sentido, ao considerar que os discursos são intencionais e ideológicos e que as informações podem ser manipuladas de acordo com os objetivos do emissor, a pesquisa indica que o discurso do INL esteja mais direcionado ao que as autoridades públicas quisessem que fosse divulgado, do que ao que realmente ocorria no espaço da Biblioteca (CERTEAU, 2002; DARNTON, 2010).

3.2 Dos empréstimos

As concepções que se tinha sobre biblioteca eram de que preservasse, entre suas paredes, o maior número possível dos produtos do trabalho intelectual da humanidade, havendo, ainda, uma grande preocupação com a guarda e preservação desses produtos, mais que com a disponibilização e com o acesso (CHARTIER, 1999a 2001).

Tal assertiva se concretiza nas práticas de disponibilização do acervo da BPEMT, que não realizava o empréstimo domiciliar como prática ordinária, zelando, dessa maneira, mais pela preservação do seu acervo, do que pela democratização do acesso.

A questão dos empréstimos suscita a reflexão de que as práticas de leitura podem ser efetivadas em diversos momentos e ambientes: em casa, na escola, ao ar livre,

na biblioteca etc. No entanto, em algumas situações, a leitura é coordenada ou até mesmo 'fiscalizada', por exemplo, na biblioteca. Nesse caso, podemos nos remeter tanto à censura quanto ao incentivo às práticas inovadoras de leitura. Em vista disso, a biblioteca pode se destacar como espaço de incentivo ou de repressão às práticas de leitura (CHARTIER, 1999a, 1999b; FREIRE, 1983; DARNTON, 2010; ABREU, 1999; DEAECTO, 2011).

Nesse contexto, as limitações dos empréstimos, que só eram realizados mediante autorização expressa, concedida pelo presidente do estado, denotava sua destinação a poucos indivíduos, enfatizando que estes deveriam possuir “[...] reputação notória.” (BIBLIOTHECA PÚBLICA DO ESTADO DE MATTO GROSSO, 1912, p.9). Percebe-se, claramente, o poder da biblioteca como cerceadora de práticas potenciais de leitura, uma vez que não se sabe que critérios seriam utilizados para determinar quais indivíduos possuíam a reputação necessária para serem contemplados com a prática do empréstimo domiciliar (CARNEIRO, 2007).

A pesquisa apontou que, em alguns períodos, foi permitido o empréstimo a alguns indivíduos, por determinados diretores, e, em outros, tal prática não foi autorizada. A prática do empréstimo domiciliar, oficialmente autorizada a todos os frequentadores da biblioteca, ocorreu a partir de 1941 (MATTO GROSSO, 1941, 1942).

Apesar do discurso, não foi possível comprovar se a prática do empréstimo domiciliar foi realmente efetivada, uma vez que, de acordo com o relatório de Costa (1953, p.99-100) sobre a Biblioteca de Cuiabá, em 1949, não havia “empréstimo domiciliário, limitando-se a consultas na sede, que são controladas por meio de talões de requisição de obras.” Ele insere, ainda, em seu relatório, outros dados, como acervo: possuía um total de 19.029 volumes; frequência: pequena; frequentadores: adultos; número de frequência: 900 consultas mensais.

Cabe ressaltar que a leitura, no interior da biblioteca, não deve ter sido uma prática totalmente confortável e agradável, uma vez que, conforme as fontes apontam, desde a sua fundação até 1950, suas dependências eram impróprias como espaço de leitura, por serem insalubres (quentes, empoeiradas), mal iluminadas, sem espaço, com móveis sempre necessitando de reformas, o que não motivava os indivíduos que se estavam constituindo como leitores (BIBLIOTHECA PÚBLICA DO ESTADO DE MATTO GROSSO, 1913; RANDAZZO, 1992).

Amparados em Chartier (2001) e Darnton (2010), afirma-se que o espaço da biblioteca poderia exercer influência no resultado final da apropriação e da construção do sentido por parte do leitor, porque o ambiente, o espaço físico, tanto quanto o objeto e o conteúdo são importantes na avaliação da qualidade das práticas de leitura.

4 CONSIDERAÇÕES

O papel do pesquisador que lida com a pesquisa histórica é vasculhar, escavar, à procura de fontes que lhe permitam responder às suas questões e alcançar o seu objetivo, que, neste artigo, foi apresentar parte dos resultados da investigação de Mestrado que visou investigar como ocorreu a constituição da Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso (BPEMT) e identificar aspectos de práticas de leitura em seu interior, no período de 1912 a 1950. Neste espaço, apresentar, especificamente, a história da BPEMT, destacando a sua estrutura e organização que, de alguma forma, puderam influenciar nas práticas de seus consulentes.

Do que as fontes permitiram extrair, destaca-se que a Biblioteca foi criada sob uma movimentação em Cuiabá que pretendia destacá-la como uma cidade em desenvolvimento intelectual e cultural, que acompanharia o restante do país. Para isso investiu em escola, teatro e biblioteca.

Assim, a BPEMT foi criada em 26 de março de 1912 com a função de suporte da instrução pública de Cuiabá. Apenas após a década de 1940, passou a atender, esporadicamente, a outros consulentes da comunidade cuiabana, sempre pessoas alfabetizadas.

Foi possível, com a pesquisa, identificar: a) os diversos nomes que a biblioteca recebeu; b) variados endereços pelos quais passou, o que ocasionou perdas importantes do acervo, devido ao extravio e danos físicos ao material, bem como pode ter gerado confusão entre os consulentes em relação à localização da biblioteca; c) o horário de funcionamento, que também variou significativamente, por motivos diversos, como surto de doenças e falta de local adequado, além de outros que não foram possíveis precisar; d) o sistema de empréstimo, que só foi autorizado oficialmente em 1941, porém, mesmo assim, fontes indicam que esses empréstimos nem sempre foram autorizados.

A investigação revelou que a BPEMT resistiu ao longo dos anos, apesar dos infortúnios e dificuldades pelos quais passou e que os sujeitos envolvidos

em sua administração se empenharam, nem sempre obtendo êxito, em manter o seu funcionamento.

Para finalizar, ressalta-se que conhecer a história da BPEMT é relevante no sentido da ressignificação dessas instituições como espaços de relações sociais e culturais e que a pesquisa contribui com o processo de reconstrução da história cultural de Mato Grosso. Contudo, ela é apenas uma parte de uma história que poderá ser complementada futuramente, ou, até mesmo, quem sabe, modificada ou atualizada por outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. Da maneira correta de ler: leituras das belas letras no Brasil Colonial. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: FAPESP, 1999.
- BIBLIOTHECA PÚBLICA DO ESTADO DE MATTO-GROSSO. *Regulamento para a Bibliotheca Publica do Estado de Matto-Grosso*: aprovado pelo Decreto n.308, de 26 de março de 1912. Cuyabá: Oficina Pina Filho, 1912, 1913, 1915.
- BIBLIOTHECA PÚBLICA DO ESTADO DE MATTO-GROSSO. *Regulamento para a Bibliotheca Publica do Estado de Matto-Grosso*: aprovado pelo Decreto n.308, de 26 de março de 1912. Cuyabá: Oficina Pina Filho, 1913.
- BIBLIOTHECA PÚBLICA DO ESTADO DE MATTO-GROSSO. *Regulamento para a Bibliotheca Publica do Estado de Matto-Grosso*: aprovado pelo Decreto n.308, de 26 de março de 1912. Cuyabá: Oficina Pina Filho, 1915.
- BIBLIOTHECA PÚBLICA DO ESTADO DE MATTO-GROSSO. *Regulamento para a Bibliotheca Publica do Estado de Matto-Grosso*: aprovado pelo Decreto n.308, de 26 de março de 1912. Cuyabá: Oficina Pina Filho, 1925.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 5.ed. [S.l.]: Europa-América, [1987].
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CARNEIRO, Maria Graciete Pinto. *Dos leitores: o espaço da leitura na Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo (1887-1920)*, 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1999a.
- CHARTIER, Roger. *A Ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UNB, 1999b.
- CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001.
- CONTE, Claudio Quos; FREIRE, Marcos Vinicius De Lamonica. *Centro Histórico de Cuiabá: patrimônio do Brasil*. [S.l.: s.n.], [20--?].
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Matto-Grosso: publicação oficial*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1922.
- CORREIO DO ESTADO [jornal]. Cuiabá, 1922 e 1923.
- COSTA, Humberto Soares da. *Bibliotecas do Centro-Oeste do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1953. (Coleção B2. Biblioteconomia, v.9).

- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.
- DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos livros*. São Paulo: EdUSP, 2011.
- DILTHEY, Wilhelm. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. São Paulo: Unesp, 2010.
- ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*. vol.1: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. em três artigos que se completam. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1983.
- FREITAS, Maria Auxiliadora de. *Cuiabá: imagens da cidade: dos primeiros registros à década de 1960*. Cuiabá: Entrelinhas, [20--?].
- GABRIEL, Sheila Cristina Ferreira. “*Templo do Saber*”: A Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso: modernidade, conhecimento e práticas de leitura: (1912-1950). 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso. Rondonópolis, MT, 2013.
- KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania R. de (org.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.
- LE GOFF, Jacques. *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1998.
- MATTO GROSSO. Governo. *Mensagem [apresentada à Assembleia Legislativa de Mato Grosso]*. Cuyaba, 1912.
- MATTO GROSSO. Governo. *Mensagem [apresentada à Assembleia Legislativa de Mato Grosso]*. Cuyaba, 1919.
- MATTO GROSSO. Governo. *Mensagem [apresentada à Assembleia Legislativa de Mato Grosso]*. Cuyaba, 1936.
- MATTO GROSSO. Governo. *Mensagem [apresentada à Assembleia Legislativa de Mato Grosso]*. Cuyaba, 1941.
- MATTO GROSSO. Governo. *Mensagem [apresentada à Assembleia Legislativa de Mato Grosso]*. Cuyaba, 1942.
- MATTOS, Terezinha de; BARBOSA, Sidney. A Biblioteca Estadual “Estevão de Mendonça” no processo de formação do leitor cuiabano. In: CONGRESSO DE LEITURA: COLE, 16., 2007. *Anais eletrônicos...* São Paulo: ALB, 2007. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais16/sem02pdf/sm02ss03-07.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2011.
- MELLO, Franceli Aparecida da Silva. A prática da leitura em Mato Grosso no século XX. *Aleré: Revista do Programa de Pós-graduação em estudos literários, Tangará da Serra*, n.2, p.1-15, 2011. Disponível em: <http://www.ppgel.com.br/Segundo-Numero/A-PRATICA-DALEITURA-EM-MATO-> Acesso em: 03 jan. 2012.
- MILANESI, Luís. *A Casa da invenção*. 4.ed. São Paulo: Ateliê, 2003.
- MORTATTI, Maria do Rosário. *Os sentidos da alfabetização: (São Paulo/1876-1994)*. São Paulo: UNESP: CONPED, 2000.
- O DEBATE [jornal]. Cuiabá, ano 1, n.210, 6 jun. 1912.
- PERES, Eliane. “*Templo de luz*”: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915). Pelotas, RS: Seiva, 2002 (Série História da Educação em Pelotas; v.2).

RANDAZZO, Vera Iolanda. Subsídios para a história do Arquivo. *RAPMT*. Ensaios, v.1, 7-29, n.1, mar./ago. 1992.

RODRIGUES, Eni Neves da Silva. *Impressões em preto e branco: história da leitura em Mato Grosso na segunda metade do século XIX*, 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

SÁ, Nicanor Palhares; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. A escola pública primária mato-grossense no período republicano (1900-1930). In: SÁ, Nicanor Palhares; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. *Revisitando a história da escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na primeira república*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889)*, 1999. Tese (Doutorado em Educação) – PPGE – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1999.

SOARES, Soely Aparecida Dias. *Biblioteca Pública Estadual “Estevão de Mendonça”*: espaço de letramento do leitor, 2006, 196 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.